COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita que seja convocada a Excelentíssima ministra da Saúde, Senhora Nísia Trindade, para prestar esclarecimentos sobre fraude em contratos de R\$ 190 milhões do Ministério da Saúde.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocada a Excelentíssima ministra da Saúde, Senhora Nísia Trindade, para prestar esclarecimentos sobre fraude em contratos de R\$ 190 milhões do Ministério da Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o comparecimento Excelentíssima ministra da Saúde, Senhora Nísia Trindade, para prestar esclarecimentos sobre fraude em contratos de R\$ 190 milhões do Ministério da Saúde.

Isto porque, conforme noticiado¹, a Polícia Federal deflagrou

¹ https://www.conexaopolitica.com.br/executivo/sob-lula-ministerio-da-saude-infla-repasses-para-dengue-e-distorce-dados-para-minimizar-impacto-da-doenca-diz-jornal/





CÂMARA DOS DEPUTADOS

nesta quinta-feira (18/4) a Operação Tríplice Autonomia. A investigação apura a prática de fraude a licitação, no âmbito do Ministério da Saúde, em contratações de empresas para atendimento telefônico automatizado pré-clínico durante a pandemia de Covid. São cumpridos oito mandados de busca e apreensão em quatro unidades da federação: Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No total, 35 policiais federais foram mobilizados.

As investigações indicam possíveis superfaturamentos e sobreposições de objetos nas contratações. Os contratos sob investigação, se somados, alcançam aproximadamente R\$ 190 milhões. O superfaturamento pode atingir R\$ 80 milhões, adicionado a cerca de R\$ 46 milhões de sobreposição de objetos. O nome da operação - Tríplice Autonomia - faz referência à contratação, pelo Ministério da Saúde, de três empresas para realizarem o mesmo serviço de atendimento telefônico automatizado. Os investigados serão responsabilizados por fraude à licitação e outros crimes que possam ser identificados durante a investigação.

Destarte, diante dessas questões, apresentamos este requerimento para que sejam prestados esclarecimentos sobre a fraude em contratos de R\$ 190 milhões do Ministério da Saúde.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO



